DIARIO OFICIAL
Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil)
ANO LXXII — N.º 283 — SEXTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 1962

15.ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4.ª LEGISLATURA, EM 26 DE DEZEMBRO DE 1962

PRESIDÊNCIA da Sra. Conceição da Costa Neves
e Sr. Costábile Romano
SECRETÁRIOS, Srs.: Fernando Mauro e Nunes Ferreira

A SRA. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Às 14,00 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Alberto da Silva Azevedo — Alfredo Farhat — Nunes Ferreira — Marco Antônio — Angelo Zanini — Araripe Serpa — Augusto do Amaral — Cid Franco — Costábile Romano — Ciro Albuquerque — Osvaldo Santos Ferreira — Fernando Mauro — Germinal Feijó — Gustavo Martini — Henrique Peres — Hilário Torloni — Chaves de Amarante — José Felício Castellano — José Maria Costa Neves — Juvenal Rodrigues de Moraes — Lavínio Lucchesi — Leôncio Ferraz Júnior — Leônidas Ferreira — Conceição da Costa Neves — Mário Telles — Modesto Guglielmi — Murillo Sousa Reis — Nagib Chaib — Orlando Zancaner — Pedro Paschoal — Sólon Borges dos Reis e Vicente Botta, e ausência dos seguintes Srs. deputados: Altimar Ribeiro de Lima — Lincoln Feliciano — André Nunes Júnior — Anibal Hamam — Farabulini Junior — Antônio Mastrocola — Antonio Moreira — Padre Godinho — Antônio Sampaio — Archimedes Lammóglia — Athié Jorge Coury — Anacleto Barbosa — Realindo Corrêa — Bento Dias Gonzaga — Camillo Ashcar — Carlos Kherlakian — Arruda Castanho — Dante Perri — Leonardo Cerávolo — Lot Neto — Eduardo Barnabe — Francisco Franco — Luciano Lepera — Scalamandré Sobrinho — Cel. Geraldo Martins — Geraldo de Barros — Ioshifumi Utiyama — Israel Novaes — Jacob Fedro Carolo — Jacob Zveibil — Jairo Azevedo — Jéthero de Faria Cardoso — Bravo Caldeira — João Hornos Filho — Mendonça Falcão — João Sussumu Hirata — Castelo Branco — José Costa — Magalhães Prado — Rocha Mendes Filho — Santilli Sobrinho — Leônidas Camarinha — Luciano Nogueira Filho — Luiz Roberto Vidigal — Marcondes Filho — Mauricio Leite de Moraes — Jorge Nicolau — Avalone Júnior — Norberto Mayer Filho — Onofre Gosuen — Benedito Matarazzo — Cardoso Alves — Abreu Sodré — Almeida Barbosa — Ruy Junqueira — Sem Jorge Resegue — Lopes Ferraz — Walter Menk e Wilson Lapa.

A SRA. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.o Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.o SECRETARIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Costábile Romano.

O SR. COSTÁBILE ROMANO — Sem revisão do orador — Sra. Presidente, Srs. deputados, sem levar em conta os fatôres do mercado e impelido pela necessidade de prosseguir em sua politica de sustentação do preço do café em nivel que lhe assegure determinada receita cambial, o Brasil continua a registrar cifras relativamente baixas em suas exportações. Em setembro último, as remessas para o exterior foram apenas de 1.280.000 sacas das quais 620.340 para os Estados Unidos. Até setembro último, haviamos exportado apenas... 11.500.000 sacas, contra 12.300.000 em igual período de 1961 e mais de 13 milhões em 1960 e 1959. Entretanto, o fato mais importante que ressalta da análise dêstes dados é aquêle que se refere ao preço médio da safra de café que vem caindo, de forma impressionante, a ponto de, nos sete primeiros meses dêste ano, ser vendida, em média, 32% mais barata que em 1957. Acresce que a quase totalidade do café brasileiro é vendido para os Estados Unidos e a Europa. Nos *primeiros sete meses, mais de 90%* da exportação do produto se destinou a êsses mercados. Todavia, as exportações brasileiras para os Estados Unidos vêm decrescendo a partir de 1959, em quantidade e valor, enquanto que aumenta a exportação, para êsse mesmo País, de outros centros competidores do Brasil, como *é o caso da Colômbia. Em contrapartida*, as vendas para a Europa, a partir de 1958, têm proporcionado receitas crescentes, já que o aumento das quantidades de café colocadas nos mercados europeus, tem compensado as violentas baixas nos preços dos produtos ocorridas nos últimos anos. Assim, enquanto em 1957, alcançavamos o *preço médio de 57,60 dólares por saca* nos Estados Unidos e 62,41 dólares na Europa, no primeiro semestre dêste ano, a remuneração alcançada foi, respectivamente, de 41,12 dólares e 39,39 dólares por saca, com uma queda superior a 30%, em média. Estamos, assim, diante de uma situação verdadeiramente melindrosa para o mercado do nosso principal *produto de exportação. As exportações* vão se tornando, a cada ano, mais modestas e os preços caem, sem que as possibilidades de recuperação mostrem qualquer vislumbre de otimismo. Se atentarmos para o fato de que o Brasil retira, dos resultados dos seus negócios do café o maior volume das cambiais para as necessidades de sua *exportação*, vamos concluir que o mal é deveras alarmante e necessita de medidas enérgicas para impedir que venha a ser catastrófico à nossa economia. E preciso, porém, que o remedio venha imediatamente. Qualquer adiamento de uma *solução* que se impõe para já, poderá ter conseqüências funestas para a tranqüilidade do País. Evitemos que isso aconteça.

Era o que tinhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Mário Telles. **(Pausa.)** Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo dos Santos Ferreira. **(Pausa.)** Tem a palavra o nobre deputado Juvenal Rodrigues de Moraes.

O SR. JUVENAL RODRIGUES DE MORAES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, no meu pronunciamento favorável ao presidencialismo não há influências oportunistas, nem interêsses ocultos. *Fiz aqui* profissão de fé nesse sentido muito antes que se convocasse a Nação para o plebiscito, em que se decidirá a sorte do Ato Adicional, que, em circunstâncias dramáticas, nos levou à experiência parlamentarista.

(Assume a Presidência o Sr. Costábile Romano)

Fiel a êsse pensamento é que caminho para as urnas de 6 de janeiro disposto a condenar ali, com o meu voto, um sistema de govêrno que só produziu um estado de crise permanente, impedindo a execução de qualquer plano administrativo e adiando, por mera injunção politica, soluções de natureza econômia, cuja pronuncia, entretanto, está na consciência de todos os brasileiros.

Nos anais de nossa vida politica encontramos as mais eloquentes sugestões no sentido de permanência do regime que adotamos na Constituinte de 1891, dentro da qual nos foi possivel levar a têrmo programas de administração cuja execução só nos foi possivel porque as instituições politicas asseguraram um ambiente propicio de estabilidade e continuidade de ação de govêrno.

Prudente de Moraes não teria conseguido amainar a tempestade oriunda da Revolução de 1893, que dividiu a nação *em dois campos marcados pelo* ódio, senão tivesse assegurada a inalterabilidade da situação do govêrno dentro de um período certo, garantido pelo regime presidencialista.

Campos Salles não nos salvaria da bancarrota se a sucessão dos gabinetes ministeriais não consentisse a continuidade da execução do plano de Joaquim Murtinho.

Rodrigues Alves e Afonso Pena não teriam vencido a onda demagógica que pretendeu opor-se aos seus governos, quando traçaram o largo plano de obras que soergueu a nossa economia, se a estabilidade governamental não as amparasse.

Principalmente em países em começo de desenvolvimento, como o nosso, essa estabilidade é necessária, é imprescindivel.

Ainda agora temos confirmada essa tese, sofrendo os malefícios de uma tremenda crise, ao sabor de uma onda inflacionária que corrói tôda a nossa potencialidade econômica, que ameaça os próprios fundamentos de nossas instituições. Vivemos, no momento, à matroca, sem leme, sem plano de govêrno, sem orientação segura, sem alvo determinado, entregues a soluções de improviso, inseguras, intranquilas, inconscientes mesmo dos perigos que nos cercam a cada passo.

Crises sôbre crises ameaçam as relações entre os podêres institucionais e não permitem que se planifique uma ação de govêrno.

Cremos que a experiência é por demais eloquente. Não há como hesitar na opção a que somos agora chamados.

Volvamos ao regime de que jamais devêramos ter saído.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da *Costa Neves*.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não sei o que estará acontecendo, se é que está acontecendo alguma coisa, com o Sr. Prefeito da Capital, engenheiro Prestes Maia.

Eu moro em São Paulo há 28 anos. Nunca vi as ruas desta Capital no estado em que estão. S. Exa. está mandando retirar os trilhos que não têm mais uso, trilhos de bonde de tôda a cidade. Até aí muito bem; muito bem em parte. Não sei se a excelentissima espôsa do engenheiro Francisco Prestes Maia está neste caso dos trilhos como estêve em tempos idos, no tempo em que êle era representante ditatorial nesta Capital, no caso da sucata. Mas, vamos admitir que S. Exa. não esteja admitindo que sua espôsa faça agora o que fêz em tempos idos no caso da sucata e que esteja retirando honestamente êsses trilhos. Retira os trilhos e deixa verdadeiras trincheiras na cidade tôda. Atrás da Catedral há trincheiras profundas. A cidade tôda é um buraco, melhor dito a Capital de São Paulo transformou-se num grande, num imenso, num fabuloso buraco. E há riscos de desastres, é evidente. Todos os dias temos desastres causados pelos buracos do Sr. Prestes Maia.

A moda, infelizmente, implantada recentemente neste país é que os incompetente o país em caos, mas pelo menos deve vir — não êste Govêrno não renuncia também! E' preferivel renunciar a deixar como deixou o outro incompetente o país em caois, mas pelo menos deve vir — não êste Govêrno Federal que aí está, que está ajudando o caos — mas virá um outro, deve vir, porque não é possivel que não venha, para acertar tudo isto, para colocar a vida dêste país no devido lugar. Se o Prefeito não tem mais possibilidade, se é realmente inativo, se é um homem superado, não tem vontade de atender esta Capital, que renuncie, que deixe o seu Vice-Prefeito, que é um homem môço, que é um homem que poderá, pelo menos, atender êste estado desesperador da Capital que são os buracos. Não é possivel que o Dr. Prestes Maia, que havia deixado, a meu ver indevidamente, um nome como administrador, continue não fazendo nada. Sempre considerei S. Exa. um homem inépto, incapaz, fracassado, fazendo ruas novas já nascidas velhas, estreitissimas, sem visão do futuro, sem previsão de crescimento. Foi sempre um homem que atrasou o desenvolvimento da Capital. Entretanto, sempre havia um grupo que tecia loas a S. Exa., como sendo o maior administrador da Capital. Pois que êle conserve êsse punhado de opiniões, indevidas na minha opinião, mas que existem a respeito do seu trabalho, e que saia, ou então, que acorde e venha atender aos munícipes que têm direito de receber alguma coisa da Prefeitura.

Agora, observem V. Exas. uma coisa: os agitadores profissionais, se não estivessem ligados à organização de Da. Maria Cabral Prestes Maia, estariam gritando, fazendo passeatas pela Praça da Sé, concentrações e gritarias. Mas, como há ligações coloridas com Da. Maria Cabral Prestes Maia, então, os agitadores nada dizem, nada fazem, devem até estar contentes porque o seu lema é "Quanto pior, melhor", e pior do que o Dr. Prestes Maia, somente o Dr. Prestes Maia. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Fernando Mauro.

— (Assume a Presidência a Sra. Conceição da Costa Neves)

sidente e nobres colegas, razão tinham os vinte e dois deputados signatários de uma interpelação feita, há dias atrás, ao Sr. Presidente da República, Sr. João Goulart. Logo após a publicação daquele telegrama, procuramos ler os jornais e encontramos, surpresos, uma declaração de alta gravidade *neste momento: a* declaração do Chefe da Casa Militar da Presidência da República, O General Aibino da Silva, interced.ndo para que cessasse a greve na Marinha Mercante, disse aqueles homens componentes de grupo da Marinha Mercante que agora o Govêrno precisava que êles cessassem a greve, porque quando o Govêrno procurou fazer greve os encontrou a seu favor, mas agora mais do que nunca S. Exa. solicitava não continuassem com a greve. Bem tinham razão os deputados, e eu, mais de uma vez, ocupei esta tribuna apontando S. Exa. o Sr. Chefe da Nação como o maior agitador comunista da Nação. Eu o considero o agente comunista n. 1 no Brasil. E agora, o General Aibino da Silva, nas suas palavras, bem demonstra que, embora quisesse desculpar-se através de outros jornais, esqueceu-se de que designou o Sr. Dante Pelacani e outro lider sindical para preparem a greve geral no Brasil, como seus intermediários, e êsses chefe vermelhos correram o país todo para que se proclamasse a greve geral. Não interessa, no momento, a manutenção da greve em razão do plebiscito, porque, do contrário, S. Exa. estaria aí mais do que nunca continuando a ativar essa greve que foi iniciada por S. Exa.. O Presidente da República vem trazendo o país de crise em crise, de caos em caos, provocando a inflação pela ausência total de seu interesse nos problemas coletivos e, ainda mais, provocando greves para que possa implantar um regime de exceção ou então um regime comunista em nosso País.

Era o que tinha a dizer, para deixar aqui bem patente a atitude do General Aibino Silva, chefe da Casa Militar da Presidência da República, demonstrando que o Sr. João Goulart é o maior agitador de greves de nosso país, portanto é o comunista n. 1 da nossa Nação.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — (Ser revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, continua a Associação Paulista de Combate ao Câncer apelando ao Poder Público *no sentido* de uma ajuda imediata a fim de evitar o *inevitável: o fechamento das portas* dêsse hospital que combate uma das mais terriveis moléstias do mundo contemporâneo. E' realmente, Sra. Presidente, Srs. deputados, de surpreender o pouco caso, a desconsideração daqueles que estão em condições de ajudar êsse hospital e não vêm atendendo aos seus apelos. Hoje, os jornais de São Paulo estampam em suas páginas um último e derradeiro apelo da diretoria da Associação Paulista de Combate ao Câncer, fixando a data de 2 de janeiro proximo para o encerramento definitivo dos trabalhos hospitalares, isto sem levar em conta que a assistência aos indigentes de há muito já esta sustada.

Sra. Presidente e Srs. deputados não é concebivel que o Govêrno do Estado, o Govêrno da República e mesmo a Prefeitura Municipal de São Paulo não acudam, sem mais tardança, aos anseios dêste hospital, que nos lembra como que um navio naufragando no mar da indiferença e das incompreensões, apelando através do S.O.S. a todos aquêles que estão em condições de salvar a vida dos seus passageiros.

Devo trazer, nesta oportunidade, ao conhecimento da Assembléia Legislativa de São Paulo uma atitude que revelou bem a formação cristã do ex-Prefeito Municipal de São Paulo, Dr. Adhemar de Barros. Quando, em oportunidade passada, exercia êle a chefia do Executivo Municipal, passou por um período de crise, embora em intensidade menor, êste mesmo Hospital do Câncer. Seus diretores formularam um apêlo ao então prefeito para que efetivasse o pagamento *de uma verba municipal* a fim de superar a crise que já se esboçava.

Todos sabem e todos conhecem, Sra. Presidente e Srs. deputados, que a direção do Hospital situa-se num campo político muito diverso daquele do Sr. Adhemar de Barros. No entretanto, S. Exa. providenciou, com absoluta prioridade sôbre os demais *compromissos municipais*, a verba destinada ao Hospital do Câncer.

Hoje, assistimos verdadeiramente estarrecidos a indiferença do poder público face ao apêlo da Associação Paulista de Combate ao Câncer. Que se sustem tôdas as obras publicas, que se paralisem todos os *empreendimentos* dos governos, mas, Sra. Presidente e Srs. deputados, não se deixe perecer irmãos nossos, abandonados às sarjetas, sem a possibilidade de uma assistência especializada que só mesmo o Hospital do Câncer pode propiciar. E' o apêlo que faço, acredito que em nome da Assembléia Legislativa de São Paulo, ao Presidente João Goulart ao Governador Carvalho Pinto e ao Prefeito Prestes Maia.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Costábile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, anteontem, véspera de Natal, desabou sôbre a Capital tremendo temporal, que abalou a vida normal de diversos bairros. Caíram árvores, foram prejudicados os serviços de telefone, luz e fôrça, enfim, ficaram paralisadas quase tôdas as atividades nesta Capital.

Acontece, porém, Sra. Presidente, que um dos bairros mais atingidos foi o da Lapa, tendo o seu serviço de luz e fôrça sofrido as conseqüências do temporal. E é precisamente por isso que êste deputado ocupa a tribuna, para chamar a atenção da "Light", concessionária dos serviços de luz e fôrça da nossa Capital, sôbre o fato de ter ficado aquêle bairro, desde o dia 24 às 14 horas, até ontem, dia 25, às 13 horas, portanto 23 horas, desprovido do fornecimento de luz elétrica para os seus usuários. Não desconhecemos, é verdade, o vulto dos prejuizos em virtude do acontecido, mas tenho a impressão que a concessionária não está devidamente aparelhada para reparar com certa urgência e rapidez qualquer serviço abalado. Portanto, desta tribuna, chamamos a atenção dos di-